

EDITORIAL

A Revista do Curso de Direito da UNIABEU lança o número 1 do seu oitavo volume.

A atual edição contém cinco artigos.

O primeiro artigo foi escrito por Ederson Nadir Pires Dornelles e traz à discussão o tema “O Processo penal e o dogma da verdade real”. Segundo o autor, o artigo busca “apresentar e fomentar algumas questões pertinentes ao conhecido princípio da ‘verdade real’ e a sua aplicação dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Tendo em vista que a Constituição Brasileira atual apresenta características claramente acusatórias, o Processo Penal brasileiro traz em seu Código artigos com características inquisitivas. Além disso, o dogma da “verdade real”, ainda nos dias atuais, é utilizado como parâmetro legal por muitos julgadores para fundamentar decisões e procedimentos adotados”.

O segundo artigo, escrito por, Gilmar Pereira da Silva, tem como título a “Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais” e visa abordar a “responsabilização penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais como instrumento para efetivação do direito à vida e à proteção do meio ambiente, como consagra a Constituição Federal de 1998, e que se configura como elemento essencial para que as próximas gerações desfrutem de um cenário favorável e com desenvolvimento sustentável”.

Em seguida o artigo escrito por, Ramiro Ferreira de Freitas, cujo tema é “O ser e o dever-ser do conhecimento jurídico: por um direito além do ontológico”, o qual aborda o modo pelo qual “os conceitos de “ser” e “dever-ser” apresentam valor no mecanismo cognitivo da Ciência do Direito.

O quarto artigo foi escrito por, Raquel Elena Rinaldi Maciel e o tema desta feita é “A questão do reconhecimento e das patologias sociais segundo Axel Honneth”, tem a autora “o escopo de revelar ao leitor um entrecruzamento entre as esferas do reconhecimento, presentes na obra Luta por reconhecimento, de Axel Honneth, bem como o conceito de patologia social trabalhado em diversos artigos”.

Por fim, o artigo escrito por Rogério de Lima Vilar, tem como tema a “Colaboração premiada: análise à luz da Lei de n. 12.850 de 2013”, o qual tem como objetivo principal “abordar os aspectos da delação premiada descrita na Lei 12.850/2013 sob um olhar crítico ante a violação de princípios constitucionais, considerando sua legalidade e eficácia no ordenamento jurídico brasileiro, indicando sua origem e evolução histórica, sua conceituação teórica, o pensamento doutrinário e jurisprudencial sobre o instituto jurídico, além de apontar possíveis soluções aos problemas levantados pelo tema”.

Felicitações aos autores.

Boa leitura!

Luciana de França Oliveira Rodrigues
Editora